

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO

DOS CORPOS NEGROS: ESCRAVIDÃO, RAÇA E PÓS-ABOLIÇÃO EM PERSPECTIVA COMPARADA

Organizadoras:

Iamara da Silva Viana

Universidade Estadual do Rio de Janeiro e
Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro
ia.sviana@gmail.com

Maria Helena P. T. Machado

Universidade de São Paulo
hmachado@usp.br

É com grande prazer que ora apresentamos o dossiê ***“Dos Corpos Negros: escravidão, raça e pós-abolição em perspectiva comparada”***. A problemática abordada incide, a partir de diferentes pesquisas, sobre o corpo negro feminino no período escravista e no pós-abolição, entendido como basilar na estruturação das relações de exploração e reprodução na escravidão e na construção dos caminhos da liberdade. Compreendemos o pós-abolição como um período que se inicia com a abolição, mas que acolhe um longo período de nossa história. À medida que os rastros e traços das relações de subordinação e de racialização das relações sociais brasileiras continuam a moldar a nossa estrutura social, consideramos que a etapa pós-abolição ainda não foi superada entre nós.

O objetivo das organizadoras foi oferecer ao público especializado um panorama atualizado deste importante tema, a partir do acolhimento de diferentes reflexões e pesquisas que têm sido desenvolvidas por um grupo de pesquisadoras do Brasil e do exterior. Agradecemos à *Revista de História Comparada* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo acolhimento de nossa proposta e pelo espaço oferecido para sua publicação. Os nossos agradecimentos se estendem igualmente às pesquisadoras que enviaram seus artigos e aos pareceristas que gentilmente se propuseram à leitura e análise – atentos, generosos e críticos - dos trabalhos que apresentamos ao público.

Este dossiê abre espaços para apresentação de pesquisas acerca do corpo feminino africano e de suas descendentes nas sociedades escravistas e com escravidão nos mundos atlânticos entre os séculos XVIII e XIX, incluindo as primeiras décadas da pós-emancipação. Abordagens sobre gênero, maternidade, mercado de trabalho, cultura material, discurso médico, artes de curar, assistência, doenças, instituições constituem as principais questões, cujo foco é o corpo feminino de mulheres escravizadas ou sob subordinação racial. Considerando a perspectiva comparativa, pretende-se oferecer um amplo painel acerca das investigações e reflexões em curso que focam em modos de conceber o mundo e nas vivências destas mulheres. A partir da consideração da agência destas mulheres, os artigos à frente apresentados propõem uma reflexão sobre as concepções diversas sobre o corpo

feminino vigentes nos diferentes contextos da escravidão e nas primeiras décadas da emancipação. Se formas de trabalho compulsório, de controle e de relações de poder reinventaram permanentemente discursos de dominação e subordinação nas sociedades com escravidão africana atlântica, é possível ir além. Este dossiê busca compreender experiências que mobilizaram diferentes saberes, práticas, invenções materiais, conexões socioculturais e suas ressignificações sob o ponto de vista da agência destas mulheres, cuja atuação histórica impactou as relações de gênero, laços familiares, mercado de trabalho e formas associativas na pós-emancipação.

Abrimos o dossiê com o artigo *“Gênero: uma categoria de análise?”* de autoria de Berenice Bento. Ao retomar o texto de Joan Scott, *“Gênero uma categoria útil de análise?”*, a autora nos brinda com reflexões relevantes acerca do termo *corpos escravizados* enquanto categoria de análise, bem como discute os limites que lhe são impostos. Seu exame, embasado em rígida crítica teórica e metodológica acerca da categoria gênero, retoma o questionamento de Sojourner Truth, ex-escravizada norte americana, sobre ser ela uma mulher, bem como a complexidade da sua condição enquanto africana e escravizada nas sociedades com escravidão. Afinal, segundo a autora, “Sojourner possuía todos os atributos construídos como “naturais” para definir o gênero feminino, mas tem essa condição negada porque a raça definirá quem pode ou não ser reconhecido como mulher ou homem.” Nesse sentido, Bento assinala a importância do termo *raça* para estudos e pesquisas que abordem gênero nas sociedades escravistas, na medida em que, além da humanidade, lhes fora retirado a condição feminina, o direito à maternidade e a formação familiar. Não se considerava como naturais à mulher negra, a humanidade, bem como “os atributos definidores das mulheres (fragilidade, emotividade, maternidade, passividade)”. Inversamente tiveram a sexualização de seus corpos comumente apontados como responsáveis pelas violências sexuais sofridas, afinal, segundo Berenice Bento, “o corpo da mulher escravizada seria o lugar-síntese do necrobiopoder”.

O artigo que se segue, de autoria da pesquisadora inglesa de origem indiana, Selina Patel Nascimento, especializada em relações de gênero no Brasil do século XVIII, calibra suas lentes para focar a incrível história de vida de Teresa de Jesus.

Em “*Against the grain? Alternate geographies and the ‘countervoyage’ in the trajectories of Teresa de Jesus*”, a autora reconta a história de vida de uma escrava baiana, que levada para Lisboa, alcança sua alforria e, finalmente, se vê envolvida em um caso de assassinato, tornando-se a única mulher a ser executada naquele período. Selina Nascimento relê o processo criminal relativo a este caso, desfazendo visões estereotipadas sobre corpos negros femininos e seus atributos. Questiona igualmente as possibilidades de atuação histórica de Teresa de Jesus em suas contradições. Aponta como a “contraviagem” desta mulher se desdobrou na construção de uma geografia alternativa na qual Teresa pode refazer seus laços partidos. Utilizando novos conceitos e abordagens, a perspectiva da autora demonstra como novas perspectivas colaboram na construção de visões originais de vidas e corpos femininos africanos e afrodescendentes.

Se o direito à família e à maternidade fora negado às mulheres africanas escravizadas e suas descendentes, Karoline Carula se defronta com um dos aspectos mais sensíveis desta problemática, discutindo a atuação de amas de leite na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro. No artigo “*Nutrindo Enjeitados: amas de leite escravizadas na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX*”, a autora desenvolve reflexão sobre o modo como mulheres pobres e escravizadas lidavam com a maternidade e seu (não) direito a serem nutrizes. Ao comparar esse modelo de ofício nos distintos espaços da América hispânica, expõe a dinâmica de um mercado específico, no qual mulheres escravizadas, libertas e livres atuavam, sendo alijadas do pleno exercício da maternidade. A partir dos registros da Casa dos Expostos do Rio de Janeiro e dos anúncios de jornais, diferentes perfis de nutrizes são desvendados, evidenciando o modo pelo qual a “vivência do cativo fez com que as escravizadas tivessem que ressignificar a gestação, o parto, a morte dos bebês e a maneira de criar os/as filhos/as”. Deste modo, a autora demonstra como as experiências atlânticas de mulheres africanas que foram escravizadas e de suas descendentes lhes retiraram o direito à maternidade plena ao terem seus corpos alugados como nutrizes, fosse para alimentar crianças brancas ou enjeitados/as.

Saindo do Rio de Janeiro em direção ao Nordeste, Maria Helena P. T. Machado nos leva ao Maranhão de Maria Firmina dos Reis e seu *lugar* como

fundadora de uma literatura afro-brasileira, criativa e muito original. Em “*Maria Firmina dos Reis, Século XIX, Maranhão, Brasil*”, a autora, professora primária, primeira concursada de seu município, rompeu padrões estéticos da literatura e apresentou em Úrsula, romance publicado em 1859, visão peculiar acerca da escravidão e dos escravizados/as ainda no século XIX. Fato que, segundo a autora, a coloca em lugar de destaque não apenas no passado, mas no presente como símbolo antirracista, e mais, “como um ícone feminista do século XXI”, sobretudo pelo surgimento de uma “nova consciência política”. A autora também destaca o modo como Maria Firmina desenvolve o seu romance, quebrando “barreiras raciais, sociais e de gênero, para revelar que mulheres e homens negros possuíam consciência histórica e podiam tematizar e refletir sobre a opressão da escravidão”. Ao comparar a vida pública com a privada de Firmina, Maria Helena Machado apresenta as contradições de ser um corpo feminino negro na primeira metade do século XIX. Em outras palavras, ser reconhecida enquanto professora, autora e intelectual – inclusive comparada à Harriet Beecher Stowe -, “não a protegia da discriminação racial”. Ao apontar a não alienação do/a escravizado/a, o romance de Maria Firmina, segundo a autora, “se opõe ao modelo construído acerca da harmonia racial, no qual criatividade, vivência e compreensão de mundo possibilitou o rompimento de padrões construídos ao ultrapassar “qualquer código literário existente”.

Lorena Telles nos faz regressar ao Sudeste escravista ao analisar fazendas cafeiras no Rio de Janeiro e em São Paulo comparativamente, tendo como principal objetivo “iluminar as vidas de mulheres africanas e descendentes escravizadas que viveram suas gestações e foram mães” naquelas sociedades após o fim do tráfico africano. Deste modo, “*Gravidez e escravidão em perspectiva comparada: mulheres africanas e descendentes na cidade do Rio de Janeiro e nas fazendas cafeiras no Sudeste (1830-1888)*”, tece reflexões acerca do corpo escravizado feminino e sua capacidade reprodutiva, bem como os diferentes usos de seus filhos e filhas, a partir das demandas por mão de obra de proprietários de fazendas cafeicultoras. A autora também oferece, por meio de leitura sensível e de rigor científico, um painel a respeito das complexidades das violências sofridas por mulheres gestantes na condição de escravizadas, apontando singularidades de

suas experiências no cativeiro, principalmente no pós 1850, quando seu corpo passou a ser lido, percebido e auscultado como relevante no processo de manutenção da escravidão.

No artigo “*Relações de gênero, corpos e subjetividades em contextos de escravidão*” de autoria das historiadoras Enidelce Bertin, Marina Camilo Haak, Caroline da Silva Mariano e Lígya Esteves S. de Souza, apresenta-se, a partir da análise de processos criminais do século XIX, “relacionamentos afetivos em situações de conflito”. A pesquisa acerca das relações de gênero no contexto da escravidão tem por base teórica os termos raça, classe e condição jurídica. A partir de duas províncias distintas, São Paulo e Rio Grande do Sul, as autoras discutem, a atuação de agentes históricos “que desenvolvem relacionamentos, rivalidades e redes de solidariedade”. Contribuição relevante apresentada pelas autoras se encontra na argumentação de que as violências presentes no mundo escravista, não ficaram restritas entre senhores e escravizados ou feitores, mas de modo complexo, se estendeu a “todas as camadas do tecido social brasileiro, de alguma forma” ao ponto de assimilarem “a lógica da escravidão e se relacionaram a partir dela”. Ganha destaque na pesquisa e reflexão, o papel que mulheres escravizadas, libertas ou livres ocuparam, considerando que “gênero na escravidão diz respeito à consolidação deste sistema, que impactou diretamente a vida de mulheres e suas experiências como trabalhadoras, mães, lideranças, companheiras”, bem como a categoria *masculinidade*. Ao apontarem que esta categoria apresenta “um caráter a-histórico e essencialista” evocam a necessidade de “escapar das noções abstratas e generalizantes do que é ser homem, de modo a analisar a masculinidade em sua historicidade”, principalmente ao se tratar de masculinidades advindas de setores despossuídos e afrodescendentes. As ideologias sobre o masculino são limitadas para compreender a complexidade do homem afrodescendente no século XIX. “Havia corpos, sobretudo negros, a serem vigiados e controlados.” As autoras apontam questões proeminentes acerca das relações dialógicas entre gêneros, tendo por base a cor, a classe, a condição jurídica. Relações construídas e ressignificadas a partir da diáspora, mas tendo como mote a sociedade patriarcal europeia, hierarquicamente desenvolvida entre homens e mulheres. Afinal, qual seria o papel dos gêneros quando atravessados pela raça? Por meio de processos-

crime apontam relações complexas entre casais de africanos, escravizados livres e libertos. Perseguem por meio das fontes o modo pelo qual mulheres africanas escravizadas, livre ou libertas se moviam nas malhas de uma sociedade escravista, o que parece ter sido, mais facilmente propício às que viviam nos espaços urbanos, onde exerciam diferentes ofícios a elas atribuídos. O modo como esse corpo feminino foi analisado nas fontes criminais, na relação entre si e com corpos masculinos, pode colaborar na apreensão das peculiaridades e conexões possíveis para mulheres em seus relacionamentos amorosos numa sociedade escravista e patriarcal.

Na sequência, o artigo de Maíra Chinelatto Alves, *“As mortes de Vitorina e suas parceiras: mulheres escravizadas entre desafios e violências, Campinas, 1860-1888”*, a partir de uma análise detalhada de fontes criminais que envolveram mulheres escravizadas e seus parceiros, companheiros ou outras personagens do mundo da escravidão, reconstitui as dinâmicas relativas às relações de gênero entre cativos, quase invisíveis ao olhar da história. O artigo se aprofunda na análise das relações conjugais e – por tabela – na estrutura da família escravizada. De certa maneira, a autora contesta visões idealizadas, apontando para as tensões e violências vividas por mulheres casadas, amasiadas ou solteiras nas fazendas de Campinas no período. Aponta, por um lado, a existência de uma maior liberdade de agir das mulheres escravizadas, sublinhando a inexistência das restrições relativas à virgindade e defesa da honra, ausentes legal e socialmente para mulheres cativas. Mostra, no entanto, como a ausência do conceito de honra, vigente apenas para mulheres livres, e muito mais para as mulheres brancas, como uma faca de dois gumes. Promovendo maior liberdade afetiva e sexual para a escravizada, a falta de controles sociais sobre o corpo da escravizada a colocava igualmente como alvo fácil de estupros e violências masculinas. Pressupõe, assim, a proeminência das relações de dominação nas relações de gênero, que expunha mulheres cativas a todo o tipo de atuação violenta masculina, mesmo de seus parceiros. Em situações de desequilíbrio demográfico, sobretrabalho e escassez de bens de consumo, mesmo alimentos, associados a fluidez do ir-e-vir de mulheres trabalhadoras cativas, o resultante podia ser o incremento das taxas de violência contra

mulheres, exercidas dentro da senzala, no bojo das relações sociais e afetivas existentes entre escravizados e escravizadas.

Por meio de um diálogo entre Brasil e Caribe francês, Letícia Gregório Canelas, Caroline Passarini Sousa e Giovana Puppim Tardivo demonstram o modo pelo qual corpos de mulheres africanas e descendentes “se tornaram espaços de conflito, exploração e resistência através das experiências específicas vivenciadas por elas” desde a adoção do princípio *partus sequitur ventrem*. Distintos contextos jurídicos experienciados por mulheres escravizadas e libertas em suas buscas por liberdade, expõem o modo como, desde “a promulgação do Código Negro no Mundo Atlântico francês até a implementação da lei do Ventre Livre no Brasil”, aproximações e distanciamentos são manifestos nos diferentes modos de “apropriação de legislações escravistas e emancipacionistas”. Notadamente, corpos femininos escravizados ao se lançarem em busca da liberdade, *As mortes de Vitorina e suas parceiras* conectaram escravidão, legislação, política e sociedade. Questão esta que atravessa a condição dessas mulheres, como por exemplo, na maternidade, o que nos possibilita dialogar com outros artigos apresentados neste dossiê. O artigo “*Mulheres escravizadas, direito e alforria no Brasil e no Caribe francês*” deste modo, nos brinda com pesquisa comparativa sobre critérios de liberdade requeridos por mulheres em ambos os espaços, quais sejam, Brasil e Caribe francês.

Seguindo o tema da liberdade e abolição, Marília Ariza em “*Mães, filhos e retratos: fotografia e emancipação em São Paulo (1870-1880)*” analisa retratos produzidos por Militão Augusto de Azevedo – fotógrafo do estúdio *Photographia Academica* - nas últimas décadas do século XIX em São Paulo, tendo como principal objetivo “entender fotografias de pessoas negras como parte das disputas por emancipação na cidade e do processo de abolição em sentido ampliado”. Desta forma, a autora ao examinar principalmente corpos femininos negros representados em fotografias, discute possíveis propriedades políticas deste objeto de representação. Ao problematizar a relação entre ama de leite e suas *crias brancas*, demonstra sensivelmente seu rigor de análise ao mencionar que “diante das câmeras, corpos e subjetividades femininas negras capturariam as pretensões senhoriais de teatralização da harmonia escravista revelando, em gestos e

expressões, os inauditos sofrimentos de histórias pessoais”. Descortinando intenções do passado por meio das fontes que insistem em apresentar indícios que chegam no tempo presente, Marília Ariza adverte: nenhuma imagem é inocente. Deste modo expõe seu principal interesse nesta pesquisa, qual seja, “examinar as relações entre autorrepresentação, escravidão e emancipação na cidade de São Paulo, nas décadas finais do Império”, detectando sinais de aproximação e distanciamento entre famílias brancas e negras nos pequenos vestígios percebidos pelo olhar atento da pesquisadora.

O artigo “*Reflexões sobre a Narrativa Escrava (em língua inglesa) e os escritos de Luiz Gama*” de Maria Clara Sales Carneiro Sampaio fecha o dossiê. Seu principal objetivo incide sobre os escritos de Luiz Gama, como fundantes de uma literatura negra, comparando-o às narrativas escravas dos Estados Unidos e da Inglaterra. Diferentemente das fotografias enquanto narrativas relevantes, os escritos de escravizados apresentam outras possibilidades de análises. Nesse sentido, a autora considera os escritos de escravizados, mas também de escravizadas, ainda que estas não tivessem auferido a mesma atenção que os seus parceiros de cativeiro. Assim, enfatiza a relevância dos textos femininos “para o estudo de história da escravidão, até mesmo como forma de corrigir questões relacionadas à visão excessivamente masculina da história proveniente da maioria das narrativas escritas por homens”. O resgate do olhar, do pensamento e da escrita da mulher escravizada pode contribuir para avançarmos na compreensão da complexidade das sociedades escravistas do continente americano. Naquelas de língua inglesa, principalmente nos Estados Unidos, a escrita de escravizados passou a circular desde o século XVIII. No Brasil não contamos com tais fontes em quantidades tão expressivas, mas, ao abordar os vários textos de Luiz Gama, a autora demonstra o quão significativas podem ser tais escritos. O destaque de Gama enquanto um dos grandes intelectuais negros abolicionistas no século XIX ganha relevo nas reflexões de Maria Clara Sampaio, abrindo novas perspectivas de análises, incluindo o modo pelo qual ele descreve sua mãe, africana, liberta, letrada e participante de diferentes ações contra a escravidão.